



86

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um problema político

Banca Examinadora

Prof.Orientador _____

Prof. _____

Prof. _____

B

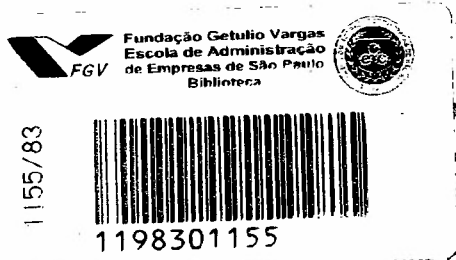
CARLOS ROBERTO VIEIRA ARAÚJO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um problema político

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação da
EAESP/FGV - Área de concentra
ção: Economia de Empresas, co
mo requisito para obtenção de
título de Mestre em Adminis -
tração .

Orientador: Prof. Luiz Carlos
Bresser Pereira.



Carlos 7164

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data	No. de Chamada
30/5	330.34 AG63d
No. Volume	Registrado por
1155/83	M

Dis.
e.2

321.01

ARAÚJO, Carlos Roberto. Desenvolvimento Econômico: um problema político. São Paulo, EAESP/FGV, 1982, 90 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração : Economia).

Resumo: . Começo procurando o lugar da economia no quadro das ciências . Esta busca pretende ser uma discussão epistemológica do estatuto das ciências econômicas e não um mero esforço classificatório . Em seguida, discuto o binômio ciência -ideologia , mostrando que não existe um lugar não-ideológico ' donde se possa falar cientificamente sobre ideologia. A relação ciência-ideologia é dialética. A abordagem do problema do desenvolvimento depende de como se considera a ciência econômica, daí a discussão anterior. A dissertação continua tratando de temas como desenvolvimento, excedente, acumulação de capital, tecnologia mas levando em conta o sistema de dominação que condiciona o ritmo e o estilo de desenvolvimento . Para se compreender este sistema de dominação é indispensável o estudo do papel do Estado e das classes sociais.

Palavras-Chaves: Natureza-cultura, ideologia, ciência, Estado, classes sociais, excedente, acumulação de capital, tecnologia.

J C

O "economicismo" das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico, que anda a par com a recusa em reconhecer-se como ideologia.

Francisco de Oliveira

É indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para reconhecer a realidade e atuar sobre ela. A aplicação de qualquer teoria exige um trabalho preliminar de "iidentificação de problemas". Em economia a falsidade nem sempre está na teoria O erro está na identificação do problema.

Celso Furtado

3

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO -----	01
LUGAR DA ECONOMIA ENTRE AS CIÊNCIAS -----	01
IDEOLOGIA E CIÊNCIA -----	15
O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO -----	24
ABORDAGENS EXPLICATIVAS DO SUBDESENVOLVIMENTO---	28
Teoria das etapas de desenvolvimento--	29
A abordagem da CEPAL -----	32
Teoria da dependência -----	44
ESTADO; CLASSES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE--	55
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO - ACUMULAÇÃO E DESEN - VOLVIMENTO EXCLUDENTE -----	64
UM ESCLARECIMENTO (Conceito de classe social)-----	69
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO-----	73

- INTRODUÇÃO

Minha primeira preocupação neste estudo será esclarecer o instrumental de análise e a perspectiva em que considerarei o desenvolvimento econômico. Não se trata de simples expediente acadêmico mas de necessidade imperiosa. É que as chamadas ciências sociais (contrariamente às ciências naturais) empregam com frequência vocábulos que na vida diária têm múltiplos sentidos. Muitas vezes o mesmo termo encobre conceitos diversos ou até equívocos. É preciso, pois, definir bem estes termos. Além disso, nas discussões sobre problemas econômicos, frequentemente não se explicita o universo em que se dá a discussão (não se aceita a pluralidade de níveis epistemológicos) e, como consequência disso, elimina-se do debate alguns problemas essenciais como não pertencentes à ciência em questão.

A perspectiva deste estudo é uma perspectiva globalista, por isso, começamos discutindo o lugar da economia no quadro das ciências.

- LUGAR DA ECONOMIA ENTRE AS CIÊNCIAS

(crítica da economia convencional)

O problema da classificação das ciências é um problema de difícil solução que ocupou muitos filósofos e cientistas, pelo menos desde a época dos gregos⁽¹⁾ e ainda hoje

(1) Aristóteles, por exemplo, mostra preocupação com o tema e apresenta critérios para classificação das ciências (ciências teóricas, práticas e poéticas). Isto ao longo de toda sua obra.

é tema de acirrados debates. Seria pretensão entrar neste debate sem estar fortemente equipado de conhecimentos filosóficos e científicos. Mas também é inegável que alguma coisa desta discussão já é definitiva e deve ser incorporada à nossa análise porque afetarão o método e a validade dos modelos em discussão.

Veremos que este ponto é fundamental para definirmos a economia e seu campo de estudo. Devemos falar de economia política (political economy) ou de economia simplesmente (economics) ?.

A primeira distinção clara que devemos fazer (antes de abordarmos o assunto anterior) é a de natureza e cultura. Esta distinção foi um marco na evolução do pensamento ocidental. Sabemos que os gregos não a conheciam com clareza⁽²⁾ e que a primeira percepção nítida deste dualismo aparece em Vico⁽³⁾. O tema é retomado e ampliado na filosofia alemã e recebe de Dilthey⁽⁴⁾ e seus seguidores um tratamento mais elaborado.

(2) Aristóteles admite a multiplicidade de níveis epistemológicos, ao tentar classificar as ciências, mas não apresenta um critério seguro para esta multiplicidade.

(3) Vico, Giambattista "Princípios de uma nova ciência" citado por Miguel Reale em "Filosofia do Direito", São Paulo, Edição Saraiva, 1969 pgs. 218 ss.

(4) Wilhelm, Dilthey "Introduction a l'étude des sciences humaines" Paris, PUF (1942).

Com base nesta distinção é possível classificar as ciências, estabelecer as respectivas metodologias e definir com clareza os níveis epistemológicos de cada uma delas. É importante ressaltar que a distinção entre natureza e cultura continua sendo a base da distinção das ciências nos diversos departamentos das universidades modernas (pelo menos no mundo ocidental) ainda que muitos não se dêem conta disso.

NATUREZA

é o dado bruto, isto é, aquilo que está diante de nós ou que faz parte de nós (parte biológica) e que não foi criado pelo homem.

CULTURA

é tudo aquilo que é irreduzível à natureza pura.

Cultura é, portanto, tudo o que é criado pelo homem, desde os instrumentos de sílex e de osso do paleolítico até os poemas de Homero, a música de Bach e as modernas nave espacialis.

O sílex e o osso são natureza, mas o sílex e o osso como instrumentos são cultura. Poderíamos dizer também que a cultura é a objetivação do espírito do homem, de suas idéias e de seu pensamento. Neste sentido, o que vemos ao longo da história é a contínua criação de um mundo artificial que se interpõe entre o homem e a natureza bruta. Este mundo artificial, cada vez mais complexo, edifica-se pelo

trabalho, em condições determinadas. Chamo a atenção para um fato importante. O homem não tem a natureza como estação de chegada, isto é, ele não se relaciona definitivamente com a natureza mas se relaciona com outros homens ou com o grupo social através da natureza. A natureza é a mediadora do encontro entre os homens (encontro intersubjetivo). Este encontro se dá no trabalho, isto é, no esforço social para a produção e reprodução da própria existência. E esta relação é dialética. Ao modificar a natureza o homem a humaniza, ao mesmo tempo que é modificado por ela. Neste sentido, toda a produção material (a natureza que se tornou cultura) é dotada de um significado. A matéria é apenas o suporte de um sentido, isto é, o objeto cultural (que tem como suporte a matéria) pertence à esfera da linguagem.

Podemos agora, tentar classificar as ciências, levando em conta o que foi dito antes.

Basicamente, existem dois grandes grupos de ciências: ciências da natureza (Naturwissenschaften de Dilthey) e ciências humanas ou ciências sociais ou culturais ou do espírito (Geisteswissenschaften de Dilthey).

É evidente que há zonas cinzentas, onde os limites entre os vários campos perdem nitidez. Estas zonas serão esclarecidas mais tarde, mas poderíamos deixá-las de lado, por serem pouco importantes para nosso estudo.

Ciências da Natureza: são todas aquelas ciências que têm como objeto de estudo a natureza e que obedecem a leis físico-químicas suscetíveis de serem expressas por equações matemáticas.

Estão neste grupo a física, a química, a biologia e todas aquelas ciências que se enquadram na definição anterior. Podemos observar que este grupo de ciências tem um estatuto científico bem definido, procedimentos protocolados e apresentam-se, geralmente, armadas de poderosas técnicas experimentais, tendo como ideal científico leis universais, válidas em si mesmas.

Foram estas ciências que aceleraram a matematização da natureza e a elas se aplica a afirmação que Lord Kelvin pretendia válida para todas as ciências: "o que não pode ser medido não pode ser conhecido".

Entenderemos melhor o conceito de "ciências da natureza" contrapondo-o ao de "ciências da cultura".

Ciências da Cultura: são todas aquelas ciências que têm como objeto de estudo as atividades do espírito do homem enquanto interpreta a si mesmo, enquanto interpreta o mundo ou enquanto edifica o seu "mundo humano".

Pela definição percebe-se que o campo de estudo deste grupo de ciências são as criações culturais (e nunca a natureza) ou seja, são as criações do homem enquanto "objetivadas" na cultura. Neste grupo encontram-se aquelas ciências que estudam as atividades do homem enquanto este interpreta a si e ao mundo (linguística, literatura, filosofia, história, etnologia, psicologia profunda) (5) ou seja, todas aquelas ciências que procuram interpretar o homem e o mundo que o envolve, estudando o sentido de suas criações culturais.

Um outro subgrupo das ciências da cultura volta-se para a construção do mundo e procura edificar o " mundo do homem". Dentre muitas destas ciências convém citar o direito que busca o ordenamento jurídico da sociedade (construção de um mundo regido por leis) e a Economia que nos interessa agora.

Portanto, a economia é uma ciência social ou cultural e seu objeto de estudo não é a natureza mas a cultura. Qualquer que seja a definição dada à palavra econômica (e são inúmeras) nunca deveríamos nos esquecer de que ela trata basicamente da produção e distribuição de bens e serviços (procurando otimizar estes processos) e que esta produção e distribuição não se dá no vazio mas no interior de uma formação social bem definida, com suas leis, sua ideologia e seus sistemas de dominação.

(5) mas não a psicologia experimental que não aceita a introspecção e que, portanto, não aceita os estados subjetivos (por ex. os sonhos) como sendo objeto de ciência.

Alguns autores pretendem que a economia seja uma ciência positiva e fazem distinção nítida entre proposições positivas (proposições que se referem ao que é, era e será) e proposições normativas (proposições que se referem ao que deve ser e que, portanto, implicam em juízos de valor)⁽⁶⁾.

Esta distinção está na base da separação entre economia (economics de Marschall) e economia política (political economy) e seria útil discutirmos rapidamente o assunto.

A escolha do nome "economics" para substituir "political economy" envolve, a meu ver, um aspecto ideológico (que estudaremos depois) e reflete também uma espécie de complexo de inferioridade por parte dos economistas da época, diante dos modelos das ciências da natureza (principalmente da física) muito mais bem elaborados e que estavam alcançando grande triunfo na época.

A maior elegância e perfeição nos modelos das ciências naturais é facilmente compreensível pela menor complexidade de seu objeto de estudo. Pelo que dissemos antes, isto já deveria estar claro. Pretender a mesma perfeição de uma ciência social é ignorar que estamos diante de um universo muito mais complexo. Mas não é só isto. Ao definirmos a economia como economia positiva estamos admitindo a existên-

(6) Ver a respeito Lipsey, Richard G. "Introducción a la economía positiva", Barcelona, editorial vicens-vives 1973, pgs. 4 e seguintes.

cia de leis imutáveis, eternas, naturais, válidas universalmente (pois é este o ideal positivista de ciência). Isto equivale a fazer da economia uma ciência da natureza e não uma ciência social. Ora, o objeto da economia é cultural, como já vimos. A economia (e neste contexto falamos da economia ortodoxa) só seria uma ciência da natureza se admitíssemos o capitalismo do século passado como um dado da natureza, como a forma "natural" de o homem organizar-se em sociedade. E isto já é ideologia já que o capitalismo é uma formação histórica.

Realmente, dentro do universo do capitalismo concorrencial (e admitindo que esta seja a melhor forma de a sociedade se organizar, do ponto de vista econômico) é inegável a eficiência e a força explicativa do modelo neo-clássico que aqui identificamos com economia. A economia seria assim, uma caixa de instrumentos muito úteis para a solução de problemas nascidos dentro deste universo. Estaríamos, então, identificando verdade com instrumentalidade. Neste sentido de instrumentalidade, não podemos negar valor à economia neo-clássica. Mas adotando-a como "a ciência", deixamos de considerar certos problemas fundamentais para a explicação do funcionamento da atividade econômica em nossos dias. Estaríamos fechando os olhos para o problema da origem das formações sociais capitalistas, para o problema da divisão da sociedade em classes, para a luta entre estas classes, para o problema da apropriação do excedente e para muitos outros problemas não abordados ou abordados de modo insatisfatório pela teoria neoclássica. Esta teoria resolve alguns destes problemas

de maneira extremamente simplista. Joan Ribinson dá um exemplo irônico do que acabo de dizer ao escrever de maneira mais ou menos humorística:

"segundo a teoria econômica ortodoxa, a acumulação é resultado da poupança, sendo necessário à sociedade ter uma classe rica porque só a classe rica poupa". (7)

A contribuição de Marx é bem mais rica, neste aspecto. É mais rica por ser uma teoria mais abrangente e totalizante. Ela ultrapassa o universo capitalista, não toma este universo, como um dado, mas procura explicar o seu aparecimento. Temos que admitir, no entanto, que é uma economia pouco operacional dentro do sistema capitalista, mais profunda mas também mais incômoda e menos eficiente para o sistema. Aliás, ela não se propõe a operacionalidade dentro deste sistema. Este talvez seja um dos motivos pelos quais, no mundo ocidental, a teoria neoclássica ainda tenha tanta aceitação, tanto no mundo acadêmico (que prepara economistas para o sistema) como no mundo dos negócios onde a busca do lucro é parte essencial do sistema. Seria ingenuidade pretender que o empresário capitalista agisse movido por critérios sociais e não por critérios puramente econômicos.

(7) Robinson, Joan "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento"

Rio de Janeiro, Zahar editores (1980)

pg.38.

Afinal não existe a " mão invisível" ? A acumulação pertence à dinâmica do sistema e fechar os olhos a ela é destruir o capitalismo.

Podemos dizer que qualquer teoria deve apresentar duas dimensões importantes : coerência interna e correspondência com a realidade (ou validade e aplicabilidade na linguagem de Sunkel)⁽⁸⁾.

A teoria neoclássica tem grande coerência interna mas falta-lhe correspondência com a realidade por não admitir a historicidade do objeto da economia. Dissemos antes que a economia neoclássica era instrumental. A pergunta espontânea que surge é esta: por quem é instrumentalizada esta economia? Este é um dos problemas que a economia convencional não coloca . E não o coloca porque limitou seu campo de estudo e excluiu de seu universo todos os problemas referentes a classes, poder, sistemas de dominação, apropriação do excedente etc.. A economia convencional quer ser eficiente e operacional. Ao excluir de seu campo de estudo estes problemas, ela se torna uma ferramenta útil na manutenção do sistema capitalista.

Até agora chegamos à seguinte conclusão: a teoria neoclássica é uma tentativa de aproximar a ciência eco-

(8) Ver Sunkel, Osvaldo e Paz, Pedro "Desarrollo Económico" Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, Santiago, 1969. Texto mimeografado pg. 72 e ss.

nômica dos modelos epistemológicos próprios das ciências naturais. O pressuposto subjacente a este modelo é o de que a história (que se opõe à natureza) não tem uma palavra importante a dizer na economia. Alguns autores neoclássicos, no entanto, perceberam a importância da história nos estudos econômicos. Entre estes, estaria, por exemplo, Joseph Schumpeter que dizia ser indispensável a um economista, o conhecimento da teoria, da estatística e da história econômica, sendo este último o mais importante. Eis suas palavras:

"o que distingue o economista científico de todos os demais indivíduos que se expressam de alguma forma sobre questões econômicas é o domínio que aquele possui sobre três técnicas: a história, a estatística e a 'teoria'. Reunidas, essas técnicas constituem o que denominamos análise econômica.

Desses campos fundamentais, a história econômica que se estende até os fatos presentes é, sem dúvida alguma, o mais importante. Gostaria de afirmar neste momento que, se fosse levado a começar novamente do zero meus trabalhos de economia, e se dispusesse de apenas uma opção em torno do campo de estudo, minha escolha recairia sobre a história econômica..."⁽⁹⁾

(9) Citação de Paul Sweezy in "Capitalismo moderno" Rio de Janeiro edições Graal 1977 pg.7.

Citei estas palavras para mostrar como a poderosa obra de Marx influenciou até espíritos (como Schumpeter) que dele discordavam no essencial mas que não fechavam os olhos para o que começava a ser uma evidência. Após a obra de Marx não se podia mais estudar seriamente economia sem levar em conta a perspectiva histórica.

Não estou opondo economia "neoclássica" a economia "marxista". Segundo meu ponto de vista, não há duas economias. Estas "duas economias" só existem como ideologias. Sabemos hoje que o crescimento das ciências não é apenas cumulativo mas também revolucionário (ver Karl Popper e Thomas Kuhn a respeito)⁽¹⁰⁾. Isto quer dizer que num certo momento da evolução da ciência, surge uma novidade, uma descoberta ou uma nova teoria que não se enquadra bem no esquema teórico anterior (paradigma). Rompe-se, então, este esquema, surge uma nova combinação de seus elementos sem que haja rejeição total das conquistas anteriores. A física newtoniana não é negada por Einstein mas englobada num esquema mais amplo. Haverá novas combinações e uma nova perspectiva. Este me parece o caso da teoria econômica atual. Começou como economia política com os clássicos, passou a ser apenas economia (uma caixa de ferramentas muito útil operacional e ideologicamen-

(10) Ver a respeito a obra de Thomas Kuhn, "A estrutura das revoluções científicas" São Paulo, editora Perspectiva S.A. 1975.

Ver também "O Homem e a Ciência - problemas da revolução científica". Vários autores, Belo Horizonte, editora Itatiaia 1980 publicação em conjunto com a editora da USP. pgs. 91 e seguintes.

te) com os neoclássicos posteriores a Marschall. Marx ampliou o campo de estudo da economia, colocando-a como o eixo de referência, a partir do qual toda a multiplicidade do real (dimensão política, social, ideológica, cultural) ganha coerência e unidade. Hoje, percebe-se que se eliminarmos de seu campo de estudo esta nova dimensão, a economia continuará sendo útil (operacional e ideologicamente) mas deixará de explicar certos fenômenos essenciais dentro do capitalismo.

Uma pergunta final: por que está preocupação em classificar a economia ou em definir seu estatuto científico?

Por dois motivos: primeiro porque ao falarmos de desenvolvimento econômico não podemos considerá-lo apenas como um problema técnico. É preciso mostrar o problema do poder no centro do problema do desenvolvimento. Alocação de recursos, fixação de prioridades, apropriação do excedente, são problemas econômicos que não podem ser entendidos sem que se entre em considerações sobre correlação de forças numa formação social. Se existe aí "racionalidade econômica" é preciso que fique claro que esta racionalidade é "instrumental", isto é, serve a certos grupos ou classes e desserve a outros. Ora, se julgarmos a economia pelos modelos das ciências naturais (ciências experimentais e positivas) teremos que omitir estes aspectos ou dizer que eles pertencem a outra província do conhecimento.

Em segundo lugar, porque é preciso delimitar bem os campos, se quisermos evitar uma discussão de tesoura (on-

de as duas partes nunca se encontram),

Ficaria ainda por classificar algumas outras ciências como, por exemplo, a matemática, a medicina e a engenharia. Estas ciências não são nem ciências da natureza, nem ciências da cultura em sentido puro. Poderíamos dizer (sem aprofundarmos o assunto, mas apenas para não deixá-lo suspenso) que a matemática como a lógica é uma ciência formal(a matemática é a linguagem universal da ciência). A medicina cairia no grupo das chamadas ciências práticas porque ela se apoia numa ciência natural (a biologia) mas exige mais do que o conhecimento das leis biológicas. Exige a arte de aplicar estas leis para a cura e a profilaxia. O mesmo poderíamos dizer da engenharia que se apoia na física mas exige aplicações práticas. As ciências que chamamos de práticas se constituem graças à união de várias outras ciências. Geralmente elas têm um núcleo principal formado por uma ciência da natureza (caso da engenharia e da medicina) ou por uma ciência social (caso da administração cujo núcleo principal é a economia).

Resta um problema importante: como se relacionam ideologia e ciência ? Antes de abordarmos o problema do desenvolvimento, temos que falar um pouco sobre esse binômio.

IDEOLOGIA E CIÊNCIA

O tema é tão complexo que parece uma temeridade aventurar por este campo. Mas se eu não esclarecer como vejo a relação ciência-ideologia, muito do que disse antes ou do que direi depois, ficará obscuro. É preciso, pois, enfrentar o assunto, ainda que de modo esquemático e correndo riscos de imprecisão.

A primeira idéia que surge é a de que a ideologia se opõe a ciência. Teríamos de um lado a ciência (sistema de idéias, leis, teorias rigorosamente testadas, dotadas de coerência interna e de correspondência com a realidade). O comprometimento da ciência com a verdade fica claro pelo cuidado com que ela aborda a realidade e por sua atitude crítica. A ciência está sempre atenta à verificação.

De outro lado estaria a ideologia que é um sistema de idéias e valores nascido no interior de um espaço cultural mas comprometido com o "status quo" e não com a verdade. Não basta fazer a distinção entre opinião e crença (doxa) e conhecimento certo e ciência (epistême) como já o fazia Platão em várias de suas obras ⁽¹¹⁾. É preciso mostrar que a ideologia é uma estrutura de pensamento ligada a um grupo ou a uma classe social. Este é um dos méritos de Marx. A ideolo

(11) Ver a respeito de Bunge, Mario "La investigacion científica" Barcelona, editorial Ariel (1969) pg. 23.

gia pode ser ilusão, mistificação consciente mas certamente é mais do que isto. No fundamental ela é "um sistema de idéias que se transformou em sistema de crença", com funções específicas no interior do grupo social em que surge.

Mas como delimitar o espaço da ciência e o espaço da ideologia? Existe um lugar não ideológico ou a ideológico donde é possível falar cientificamente sobre a ideologia? Na realidade não existe este espaço e a relação ciência-ideologia é uma relação dialética muito mais complexa do que se pensa. Se quisermos tirar algum proveito desta análise teremos que começar estudando as funções da ideologia.

Paulo Ricoeur⁽¹²⁾ não estudar o problema da ideologia, aponta três funções que ela cumpre na sociedade. Ele procura ir além da visão de Marx, sem negá-la e retomaremos aqui o essencial de suas idéias no tocante às funções da ideologia.

1) função de integração e de identificação grupal

Qualquer sociedade que já superou os estágios mais primitivos apresenta relações sociais assimétricas entre os grupos, desigualdades, contradições e conflitos. Vive em equilíbrio instável e está permanentemente ameaçada de

(12) Ricoeur, Paul. "Interpretação e ideologias" Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves editora S.A. 1977 páginas 61-119.

desintegração. Como preservar o grupo ou a sociedade em questão ? Deve haver um sistema que desempenha esta função. Este sistema é a ideologia.

É evidente que não se pode exigir de toda a sociedade uma atitude totalmente racional. Por outro lado, por mais racionalista que seja uma sociedade, ela não pode estar continuamente colocando tudo em questão (como faz a ciência) sob pena de paralisar-se. Nenhum grupo pode prescindir de um sistema de crenças.

As duas outras funções são decorrência desta função integradora, ainda que suas consequências se reflitam num plano mais negativo.

2) função de deformação

Ao desempenhar o papel de força integradora pelo recurso a um sistema de idéias e, por força mesmo da eficiência na manutenção desta coesão social, a ideologia torna-se esquemática e simplista. Passa a deformar a verdade. O esquematismo e a simplificação é o preço que se paga pela eficácia social das idéias, no dizer de Paul Ricoeur. A retórica tem muito deste movimento em direção ao esquemático e ao simplismo. Os que dominam a arte de persuadir e convencer sabem que devem falar mais à imaginação e às emoções do que à razão.

3) função de dominação

Não precisamos dizer muito. Agimos em função de motivos e valores. Se a sociedade não está continuamente contestando motivos e valores (porque isto a imobilizaria) é fácil perceber que os grupos dominados desta sociedade tenderão a acatar e internalizar um sistema normativo que decretará a sua dominação. E este acatamento é feito de maneira tranquila, natural, por um processo de internalização de normas e papéis. Paulo Ricoeur diz que a ideologia está para a praxis coletiva assim como a motivação está para a conduta individual.

É evidente que a classe dominante de uma sociedade, tem na ideologia uma arma poderosa. Tanto mais poderosa quanto a ideologia dissimula a dominação sob o manto de justificativas racionais. Mas não podemos escapar das ideologias. Também Marx foi vítima da ilusão iluminista e pagou tributo a seu tempo. Querer um mundo sem ideologia é querer a utopia racionalista. É querer que a ciência ocupe todos os espaços da atividade humana, que tudo se torne transparente à razão e que não exista mais zonas obscuras. O real não é totalmente racional como queria Hegel. Só a "ideologia racionalista" poderia apresentar ao homem um projeto destes.

No entanto, a contribuição de Marx foi decisiva para que percebêssemos a tensão dialética entre ciência e ideologia. Correndo o risco de simplificação, eu diria

que sua posição sobre ideologia , em última análise, é explicada pela afirmação: "Não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência". Donde se deduz que a moral, a política, o direito, a religião, a filosofia, as artes ou quaisquer outros sistemas de crenças, valores e normas não têm história própria mas mudam (se desenvolvem ou se atrofiam) com a correspondente mudança das forças produtivas e das relações de produção. É esta correlação fundamental que devemos ter em mente para não cairmos na ilusão ideológica. Dois textos de Marx confirmam o que acabo de dizer.

"Minhas investigações chegaram ao seguinte resultado: tanto as relações jurídicas quanto as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pelo que chamamos de evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes, ao contrário, nas condições materiais da vida, resumidas em seu conjunto por Hegel, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil" e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política"(13).

Em "A ideologia alemã" temos este texto: (14)

"A moral, a religião, a metafísica ou qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas correspondem per -

(13) Marx Karl, Prefácio da "Contribuição à crítica da economia política" São Paulo, Martins Fontes (1977) pg.24.

(14) Marx, Karl e Engels; Friederich "La ideologia alemana" . Coedi-
ción, Ediciones Pueblos Unidos- Montevideo e Ediciones Grijalbo,
S.A. - Barcelona . 1972 . pg. 26.

dem assim a aparência de sua própria substantividade. Não têm história nem desenvolvimento próprios, mas os homens que desenvolvem sua produção e intercâmbio materiais também mudam, ao mudarem esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência".

Marx fêz descobertas importantes, abriu pistas, mas não resolveu todo o problema. Ficamos sem saber com clareza quais os critérios para libertarmos a ciência da ideologia. Alguns marxistas de hoje percebem o problema e procuram dar-lhe solução. Eis a que nos apresenta um deles (Theotonio dos Santos).

"Os cientistas puros, não ideológicos e não comprometidos revelam assim um profundo compromisso de classe que faz de sua "ciência" uma ideologia.

Libertar a ciência da ideologia é, portanto, libertar a ciência de certos compromissos de classe, não com as classes em geral, mas com as classes que não podem permitir o conhecimento científico: as classes exploradoras"(15)

Citei este texto para mostrar que não se escapa da ideologia, isto é, "não existe um lugar não-ideológico",

(15) Santos, Theotonio dos "Conceito de classes sociais", Petropolis, edit. Vozes, (1982) pg.40.

donde se possa falar cientificamente sobre ideologia".

A - solução de Theotonio dos Santos pode não agradar mas confirma isto. Aqui também a questão é dialética e estamos passando continuamente do polo-ciência para o polo-ideologia.

Tudo isto mostra que o conhecimento científico é sempre fragmentário. Aproximamo-nos da realidade por círculos concêntricos. Ou melhor, somos nós que "construimos" o objeto da ciência, não no sentido idealista mas no sentido que explica Japiassu.

"Todo conhecimento, enquanto processo de apreensão de um objeto por um sujeito, inclui o trabalho do sujeito sobre o objeto: o sujeito seleciona o que lhe interessa na realidade. É por isso que todo fato é de algum modo valorado. Se não é valorado é porque não é conhecido, isto é, não despertou interesse no sujeito. Este só vê na realidade os pontos que lhe interessam"(16)

Um exemplo claro do que se disse acima é a história (história-ciência e não o processo histórico). Como o historiador conhece a realidade de uma época? Pesquisando arquivos, fazendo levantamentos, redescobrendo documentos, enfim entrando em contato e interpretando os vestígios culturais do passado que ele pretende recuperar. No seu trabalho

(16) Japiassu, Hilton "O mito da neutralidade científica", Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda. 1975 . pg. 41

ele será orientado por critérios de seleção ligados aos valores da época. Não poderá escapar disso. Tanto isto é verdade que existe a história dos vencedores e a história dos vencidos. A história de um mesmo período escrita por vencidos e vencedores mostrará enormes discordâncias. Com quem estará a verdade ? Com os vencidos ou com os vencedores?

No entanto, a história não deixa de ser ciência por isso. Seu nível epistemológico⁽¹⁷⁾ não é o das ciências da natureza. A teoria da história sabe que o quadro de valores do historiador é essencial na filtragem dos fatos referentes a uma época e enfrenta este problema ao tratar da relação história e verdade. É por isso que cada época reescreve a história.

O que quero dizer com isto é que não escapamos de "um sistema de valores e crenças". Numa sociedade dividida em classes o importante é saber a que classe serve este sistema.

Tomemos um outro exemplo que nos interessa mais de perto. A economia neoclássica surgiu dentro dos quadros do capitalismo concorrencial e é inegável que desenvolveu conceitos e instrumentos de trabalho úteis para quem, aceitando o capitalismo como a ordem natural, se propõe a trabalhar dentro dele. Neste sentido de eficiência, a teoria neoclássica foi notável. Mas no momento em que identifica verdade

(17) Uma das funções da epistemologia é estudar como "construimos" nosso objeto de estudo.

com instrumentalidade e passa a dizer que esta é a maneira natural de a sociedade se organizar economicamente, estamos passando de um sistema de idéias para um "sistema de crenças" e já estamos no universo das ideologias. Este caráter ideológico fica ainda mais claro quando, substituído o capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista e desaparecidos os pressupostos da concorrência perfeita, insiste-se ainda no instrumental neoclássico como o único capaz de uma análise científica da realidade. Aqui a ciência econômica se desfigura em apologética. Sua finalidade passa a ser mostrar que o capitalismo é o sistema econômico que se harmoniza com a natureza humana, sendo o único capaz de combinar com sucesso, liberdade, eficiência e bem-estar social.

RESUMINDO:

Marx descobre que a ideologia é uma estrutura de pensamento ligada a uma classe ou a um grupo social. Mais ainda: é a estrutura de pensamento ligada à classe dominante. Nada tem de científico mas é uma ilusão com papel importante no sistema de dominação. Trata-se de um passo importante mas com isto não fica resolvido o problema da separação entre ciência e ideologia porque nenhuma sociedade pode se livrar de "um sistema de crenças e valores" sem perder a identidade consigo mesma. A única linha de solução seria adotar um critério a posteriori: se a teoria beneficia uma classe em detrimento de outra ela é ideológica, como sugerem as palavras de Theotonio dos Santos citadas no texto. Uma das manifestações da ideologia é o uso indevido da ciência para a defesa

de privilégios. Uso que a própria ciência não justifica e que se traduz numa espécie de manipulação retórica desta.

Paul Ricoeur leva em consideração a visão de Marx mas procura mostrar outros ângulos do assunto. Menciona algumas funções da ideologia na vida dos grupos e assinala, entre estas, a função integradora, a função de deformação e a função de dominação.

O importante é percebermos que numa sociedade sem classes a função de dominação perderia sentido. Restariam as funções integradora e de deformação. Parece que ciência e tecnologia são dois momentos de uma mesma realidade, momentos que mantêm entre si relações dialéticas e que não podem ser separados (18).

O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO

A tese central deste trabalho pode ser assim enumerada:

O desenvolvimento capitalista nos países dependentes, por sua própria natureza, torna impossível a utilização ótima dos recursos para objetivos humanos racionais.

(18) O livro de Marilena Chauí, sobre o assunto: "O que é ideologia", S.Paulo, Ed.Brasiliense (1980) é muito interessante mas tem algumas passagens rídiculas ao querer reduzir tudo, mecanicamente, ao esquema marxista.

Por objetivos racionais entendo aqueles objetivos que beneficiam a sociedade como um todo (objetivos não-excludentes).

A afirmação anterior é uma consequência desta outra:

A chave para se compreender o desenvolvimento econômico nos países dependentes de formação social predominantemente capitalista deve ser procurada mais na relação entre as várias classes destes países (luta de classes) do que na relação entre países centrais e países periféricos.

Com isto não estou negando a importância das teorias do imperialismo (velho e novo imperialismo) mas afirmando que a condição de possibilidade do imperialismo e da dependência atual está na convergência de interesses das classes dominantes dos países centrais e dos países periféricos. Só isto explica a aliança entre as classes dominantes destes países e a não-inclusão nos benefícios do desenvolvimento, das classes dominadas dos países periféricos.

Sabemos que a acumulação pertence à dinâmica do capitalismo e que o capital não tem pátria. Deveria ser fácil concluir ou, pelo menos, avançar a hipótese de que ele procura se realizar onde as condições são mais favoráveis e de que é possível criar estas condições levando em conta o

sistema de dominação.

Antes de tentarmos mostrar como isto ocorre, vamos definir o que entendemos por desenvolvimento econômico e apresentar resumidamente as várias "teorias" ou escolas que procuram explicá-lo.

Luiz Carlos Bresser Pereira na introdução de sua obra "Estado e subdesenvolvimento industrializado" define desenvolvimento assim:

"entendo o processo de desenvolvimento econômico como um processo persistente de desenvolvimento das forças produtivas, baseado na acumulação de capital e progresso técnico, que se traduz no aumento da renda por habitante e resulta em transformações nas relações de produção e na superestrutura jurídico-institucional e ideológica"(19)

Esta definição tem o mérito de chamar a atenção para os dois fatos mais importantes do processo histórico de desenvolvimento (acumulação de capital e progresso técnico) e para a relação existente entre forças produtivas e

(19) Bresser Pereira, Luiz Carlos. "Estado e subdesenvolvimento industrializado" S.Paulo, ed. brasiliense (1981), 2ª edição, pg. 24.

superestrutura jurídico-institucional e ideológica. Além disso ela descreve a experiência histórica porque passaram os países hoje desenvolvidos. Realmente, todo processo de desenvolvimento econômico vem acompanhado de um certo número de transformações que poderíamos classificar em três grupos:

- a) transformações demográfico-familiais
- b) transformações ideológico-culturais
- c) transformações ecológicas

As primeiras dizem respeito à estrutura e tamanho da família e à pirâmide etária. As segundas estão mais relacionadas com o plano jurídico e com as formas assumidas pelo Estado. O estudo destas transformações (ideológico-culturais) é extremamente importante para se compreender o sistema de dominação e como ele é instrumentalizado por uma determinada classe. O terceiro tipo de transformação (ecológicas) refere-se mais ao processo de urbanização e a tudo que o acompanha.

Estas transformações são determinadas (não de maneira linear mas dialética) pelas transformações ocorridas no nível da infraestrutura econômica.

A preocupação central de qualquer estudo de desenvolvimento econômico deve ser o excedente. Sem ele não há acumulação nem progresso técnico e, portanto, não há desenvolvimento. Como se cria este excedente? Como se realiza

a partilha deste excedente ?

O desenvolvimento é um determinado estilo de acumulação de capital. Qualquer que seja este estilo, dentro do sistema capitalista, ele só será possível graças à apropriação do excedente através da mais valia ou de outro expediente qualquer que se apoie no poder.

É evidente que os principais beneficiários da riqueza excedente deveriam ser os seus criadores. Se isto não ocorre é porque existe, imanente ao próprio sistema, um mecanismo qualquer de dominação que determina a alocação desigual de recursos e justifica ou oculta a expropriação. Vamos tentar apreender este mecanismo ao estudar as relações do Estado com a classe dominante e com as demais classes da sociedade. Não se trata de um problema evidente por si. Nem de um problema simples. Muitas das "teorias" ou das tentativas de explicação do processo de desenvolvimento não o consideram. Das três linhas explicativas do desenvolvimento que apresentaremos aqui, apenas a teoria da dependência se preocupa com o assunto. No entanto, o chamado "desenvolvimento excludente" só pode ser explicado se levarmos em conta, de um lado, a apropriação do excedente por uma minoria (uma ou duas classes) e de outro, o poder e a distribuição do poder na sociedade de classes.

ABORDAGENS EXPLICATIVAS DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um tema de pós-guerra. Por

ocasião da segunda guerra mundial, o mundo tomou consciência mais clara das grandes desigualdades entre os países e da necessidade de diminuir estas desigualdades . Já na carta do Atlântico (1941) as potências signatárias consideram , como o único fundamento da paz, a segurança econômica e social de todos os homens. Desde então vêm surgindo várias "teorias" explicativas da situação de subdesenvolvimento e propostas para o rompimento desta situação. Consideraremos aqui as três principais teorias ou abordagens sobre o assunto. Elas não surgiram simultaneamente. As teorias posteriores (em ordem cronológica) surgem como tentativa crítica para cobrir os vazios deixados pela precedente . São elas:

1. teoria das etapas do desenvolvimento
2. teoria desenvolvimentista
3. teoria da dependência

1. Teoria das etapas do desenvolvimento

Segundo esta teoria ou esta abordagem do processo de desenvolvimento, todo país não-desenvolvido deve percorrer uma série de etapas até chegar ao desenvolvimento. Cada uma destas etapas tem suas características específicas. Foi desenvolvida principalmente por Rostow⁽²⁰⁾, mas vários outros autores como Everett Hagen⁽²¹⁾ e Bert Hoselitz⁽²²⁾ se

(20) Rostow, W.W - Etapas do desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro Zahar Editores (1961).

(21) Hagen ; Everett - Economia do Desenvolvimento, S. Paulo, ed. Atlas, 1971

(22) Hoselitz, Bert - Aspectos sociológicos do crescimento econômico, Brasil-Portugal ed. Fundo de Cultura, 1964.

guem a mesma linha.

As divergências destes vários autores são superficiais e não afetam o modelo em si. Segundo todos eles, os países devem passar de um polo subdesenvolvido para um polo desenvolvido mediante a remoção de certos obstáculos. O paradigma a ser copiado são os países capitalistas hoje desenvolvidos.

No caso de Rostow, o caráter mais ou menos ideológico da obra já aparece no sub-título: "Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista).

Rostow começa dizendo, na introdução, que seu livro é "uma generalização da marcha da história moderna feita por um historiador da economia"⁽²³⁾. Apresenta, pouco depois, as cinco etapas que vão do subdesenvolvimento ao desenvolvimento: sociedade tradicional, condições prévias para o impulso inicial, impulso inicial, marcha para a maturidade, e era do grande consumo de massa.

Até que ponto o desenvolvimento é um processo intencional ou automático ? A resposta a esta pergunta varia de autor para autor. Para Rostow, o desenvolvimento torna-se automático a partir do arranco. Antes desta etapa seria desejável um esforço intencional. Mas não podemos generali-

(23) Rostow, W.W. op. cit. pg. 13

zar a visão deste autor.

Quais as críticas que se poderia fazer a este tipo de abordagem ? Ela apresenta, pelo menos, dois pontos fracos: é mais descritiva do que explicativa, apesar das afirmações contrárias do próprio Rostow em sua obra, e omite todo o problema da correlação de forças entre os diversos países.

A tendência de todos os autores que seguem esta linha é considerar os sistemas nacionais como sistemas autônomos ou quase autônomos. Todos eles acham que o desenvolvimento é um processo de eliminação dos aspectos não-europeus e não norte-americanos que impedem a marcha do país para o capitalismo pleno.

Cabe assinalar aqui que, apesar destas limitações, a abordagem das etapas inspirou muitas das políticas desenvolvimentistas da América Latina e foi o ponto de partida para a formulação de novas teorias, como assinala Vilma Figueiredo (24).

(24) Figueiredo, Vilma - Desenvolvimento dependente brasileiro, classes sociais e Estado, Rio de Janeiro, Zahar editores, (1978).

A ABORDAGEM DA CEPAL

Na verdade, a corrente cujas idéias vamos apresentar aqui, é mais vasta que a corrente representada pela CEPAL mas os economistas deste organismo formam, sem dúvida, o grupo mais importante desta corrente.

A pesquisa das causas do subdesenvolvimento avançou muito com os estudos da CEPAL e com a "teoria da deterioração das relações de troca" desenvolvida por Raul Prebisch. Este economista, ao analisar problemas relativos ao comércio exterior entre os países centrais e os países periféricos latino-americanos, percebeu a assimetria deste relacionamento, assimetria esta que se manifestava principalmente na deterioração da relação dos preços de intercâmbio.

No período 1955-60, para citarmos um exemplo do próprio Prebisch, a deterioração foi estimada em 7.400 milhões de dólares (tomada como base de comparação a relação média de preços de troca exterior, no período 1950-54). Isto significava que mais de 60% de aumento anual das exportações fora anulado por essa deterioração. Em outras palavras, se um país, neste período, conseguiu aumentar suas exportações em 60%, este aumento ficou anulado pela deterioração das relações de troca. O autor nota, ainda, que este período foi um período de preços favoráveis⁽²⁵⁾.

(25) Prebisch, Raul. "Dinâmica do desenvolvimento latino-americano". B. Aires, editora Fundo de Cultura, 1964. pg. 97, nota de rodapé.

O problema da deterioração das relações de troca continua atual.

"No ano passado, mesmo depois de terem retirado do mercado, através do sistema de cotas, cerca de 11 milhões de sacas de café, no valor aproximado de US\$ 1 bilhão, os países produtores não puderam impedir uma queda substancial de suas receitas com a exportação do produto, de US\$ 9 bilhões em 1980 para US\$ 7 bilhões em 1981.

As relações de troca continuam desfavoráveis para os exportadores de produtos primários e deverão manter-se assim por muito tempo ainda. A Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) estima que , entre 1981 e 1990, a perda nas relações de troca se elevará a US\$ 186 bilhões apenas para os 23 produtos mais comercializados.

No ano passado, o Brasil perdeu acima de US\$ 1 bilhão"(26)

Esta verificação ou esta descoberta de Prebisch é tanto mais importante quanto vai de encontro à "lei das vantagens comparativas" desenvolvida por Ricardo e já incorporada à doutrina econômica.

(26) "Folha de São Paulo", painel econômico de 2 de março de 1982 pg. 19, grifo nosso.

Na verdade, como nota Celso Furtado⁽²⁷⁾, a "lei das vantagens comparativas" proporciona justificação sólida para a especialização internacional mas deixa na sombra a extrema disparidade na difusão do progresso técnico e o facto de o novo excedente criado na periferia não se vincular ao processo de acumulação de capital.

A descoberta de Prebisch abriu novas perspectivas para o estudo do desenvolvimento, ao considerá-lo, como algo que pode ser obstaculizado por fatores que estão fora das fronteiras do país. O relacionamento entre países aparece como um elemento importante na história do subdesenvolvimento. Já não estamos mais naquela perspectiva de Rostow, onde os obstáculos eram internos ao próprio país. Prebisch não nega os obstáculos internos mas aponta também os externos e tenta explicar sua articulação. Para Rostow, como já assinalamos, cada país era como que uma unidade autónoma e os obstáculos se encontravam no interior desta unidade.

Mesmo correndo o risco de sermos um pouco longos, vamos citar aqui uma passagem de Prebisch que sintetiza bem o assunto.

"1. Fatores que explicam a debilidade periférica

Desde os primeiros relatórios da secretaria da CEPAL, que se sublinhou o significado do fenómeno de deterioração da relação de preços de intercâmbio, e se tentou

(27) Furtado, Celso, "O mito do desenvolvimento económico": Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1974 (4.^a edição) pg. 79.

explicar as forças que tendiam a provocá-lo. Talvez devido à forma fragmentária dessas explicações, as nossas idéias nem sempre se têm interpretado corretamente. Cabe, pois expô-las de novo, sob a forma de uma síntese explicativa, já que a deterioração - tão manifesta nos últimos dez anos - poderia continuar no futuro, com graves consequências para o desenvolvimento econômico, mesmo que ele se mantivesse nos seus níveis atuais.

A origem deste fenômeno está nessa relativa lentidão com que cresce a procura mundial de produtos primários, comparada com a de produtos industriais. Estas disparidades no crescimento da procura não teriam por que trazer baixa alguma nos preços primários, se a produção se ajustasse, contínua e rapidamente, ao ritmo da procura. Para isso, seria indispensável cumprir com três condições, que na realidade se verificam:

- a) que o incremento de população ativa nas atividades primárias se desloque delas na medida em que não é necessária para que a produção aumente sem exceder o ritmo de crescimento da procura. Essa deslocação teria de ser tanto mais intensa, quanto maior fosse o incremento de produtividade nessas atividades, a par de outros fatores;
- b) que a mão-de-obra assim deslocada encontre ocupação na indústria e em outras atividades absorventes, segundo já foi explicado e,

- c) que a absorção desta mão-de-obra se dê com tanta intensidade que os salários reais dos trabalhadores nas atividades primárias possam subir, de forma a captar o incremento de produtividade das mesmas.

Geralmente, o nível dos salários nas atividades primárias é inferior ao das atividades urbanas absorventes de mão-de-obra. Se a absorção fôsse intensa, os salários na produção primária poderiam subir até o nível urbano, nível que vai aumentando paulatinamente com o incremento de produtividade das atividades absorventes. Mais além desse nível, o incremento de produtividade primária não se poderia sustentar pelo aumento de salários, mesmo que não se cumprissem as três condições acima.

Não se cumprindo, e não subindo o nível de salários das atividades primárias, na medida permitida pelo seu incremento de produtividade, esta se transformará em aumento de lucros e estimulará o crescimento da população para lá do ritmo imposto pelo da procura, com a consequente descida dos preços dos produtos primários, em relação aos industriais.

Este fenômeno de deterioração opera-se tanto na produção primária de consumo interno, quanto na de exportação. No primeiro caso, trata-se de uma simples transferência interna do fruto da maior produtividade. No segundo, é uma perda de rendas só compensada, em parte relativamente,

pequena, com o maior volume de exportação, em relação ao que teria sido necessário para ajustar-se ao ritmo da procura.

Resumindo o nosso pensamento: A explicação da deterioração está na insuficiência dinâmica do desenvolvimento, que não facilita a absorção da mão-de-obra não requerida pelo lento crescimento da procura e pelo aumento da produtividade nas atividades primárias. Esta insuficiência dinâmica impede que os salários destas últimas subam paralelamente ao aumento de produtividade e, na medida em que isso aconteça, a produção primária perde, totalmente ou em parte, o fruto do seu progresso técnico.

Tal é a natureza do fenômeno de deterioração. Pressupõe que o aumento da produção mais além do ritmo imposto pelo crescimento relativamente lento da procura, possa realizar-se pela disponibilidade de terras e outros recursos naturais, bem como de mão-de-obra. Se isso não fôsse assim, e a produção crescesse em ritmo inferior ao da procura, a relação de preços tenderia a melhorar. Que essa melhoria se traduza integralmente em aumento de renda do solo, ou seja também compartilhada pelos trabalhadores, depende - como no caso anterior - do efeito que a absorção de mão-de-obra nas atividades urbanas tenha sobre o nível de salários reais na produção primária.

Até que ponto se poderá esperar que estas condições favoráveis à melhoria da relação de preços possam prevalecer, nestes próximos 10 ou 15 anos decisivos para o de-

desenvolvimento econômico da América Latina ? Não há indicações perceptíveis de que assim vá acontecer. Pelo contrário, o empenho em elevar o lento ritmo de crescimento das exportações faz-se sentir cada vez mais, tanto nos países latino-americanos como nos outros países em desenvolvimento que competem com a sua produção. E é lógico que, para cumprir este propósito, se esforcem por aumentar a produtividade. Ainda mais, esse esforço terá de ser estendido a toda a produção agrícola, a fim de poder corresponder ao crescimento da procura interna. E a mão-de-obra desta maneira deslocada pelo progresso técnico, apresentará um problema muito sério de absorção, que, se não se resolver, deterá a subida de salários que o mesmo progresso técnico, poderia tornar possível nas atividades de exportação primária.

2. Impossibilidade de atacar isoladamente a deterioração.

O problema da absorção não se circunscreve a países isolados: abrange todos os países produtores. Mesmo que um país isolado conseguisse vencer a insuficiência dinâmica do desenvolvimento, e criar as condições favoráveis à retenção do fruto do progresso técnico nas atividades primárias, mediante o aumento de salários, isso não significaria que, na realidade, ele o pudesse fazer, porque, se outros países produtores não conseguem corrigir essa insuficiência, a sua produção continuará excedendo o ritmo imposto pela elasticidade da procura, e os preços relativos baixarão. É óbvio que o primeiro país terá de acompanhar este

movimento, para poder competir no mercado mundial. E, na medida em que os seus salários tiverem subido, nas atividades primárias, ele terá de recorrer ao subsídio às exportações, ou à desvalorização monetária - e num ou noutro caso se verá forçado a perder, total ou parcialmente, o fruto do seu progresso técnico.

Não há dúvida que a proteção permite elevar o nível de salários nominais, conjuntamente com os preços internos. Poderia, assim, ajudar na retenção desse fruto, sempre que se realizasse aquela função absorvente. Mas neste caso seria também necessário que todos os outros competidores estivessem em condições de fazer o mesmo, a fim de evitar a deterioração. E isso tampouco acontece, na realidade.

O mesmo se poderia dizer dos impostos. Se o estado taxasse as exportações à medida que fôsse aumentando a produtividade nas atividades exportadoras, poder-se-ia reter o fruto como se os salários aumentassem; mas seria necessário que todos os países produtores adotassem idêntica medida.

É, pois, evidente que o problema da deterioração não se poderá resolver espontaneamente, enquanto todos os países em desenvolvimento não lograrem corrigir a sua insuficiência dinâmica - o que levará muito tempo - ou sobrevierem dificuldades intransponíveis pelo progresso técnico, no desenvolvimento da produção primária"⁽²⁸⁾

(28) Prebish, Raul op. cit. pgs. 97-100.

A abordagem cepalina significou um enorme avanço em relação à abordagem anterior. Além de mudar a perspectiva, ela chamou a atenção e sugeriu soluções para os seguintes tópicos importantes:

- a) os obstáculos ao desenvolvimento dos países latino-americanos são estruturais e nascem da situação peculiar destes países dentro da divisão internacional do trabalho. Estes obstáculos (acumulação insuficiente, deficiência de poupança e investimento, consumo de luxo das oligarquias, etc) são, em grande parte, estruturais e decorrem da inserção do país na divisão internacional do trabalho.
- b) a industrialização é um imperativo do desenvolvimento. Não se pode aceitar a vocação exclusivamente agrícola de determinados países a pretexto de uma "lei universal das vantagens comparativas".

Mais tarde, alguns teóricos da linha cepalina percebem que a industrialização dos países periféricos é diferente da experimentada pelos países centrais. Nestes últimos, os elementos dinâmicos estão do lado da oferta (são principalmente inovações no processo produtivo) ao passo que nos países periféricos os elementos dinâmicos estão do lado da procura. São alterações no padrão de consumo de

um segmento restrito da população. Este fato introduz uma descontinuidade profunda no aparelho produtivo gerando a situação típica de subdesenvolvimento. (29)

- c) a já mencionada "deterioração das relações de preço de intercâmbio" significa transferência de renda dos países periféricos para os países centrais, sendo necessário um esforço que altere esta situação.
- d) o desenvolvimento espontâneo (alcançado sem esforço proposital) é uma ilusão. O Estado deve ter papel ativo na formulação e execução de políticas de desenvolvimento.

Em resumo: para a superação dos problemas enfrentados pelos países periféricos latino-americanos e para a criação de um desenvolvimento auto-sustentado, a CEPAL propunha o seguinte:

- a) industrialização crescente com apoio do Estado.
- b) aumento das exportações de manufaturados.

(29) Furtado, Celso op. cit. capítulo II. Este mesmo tema volta em quase todas as obras posteriores do autor.

- c) utilização controlada do capital estrangeiro, por um período limitado de tempo.
- d) integração econômica da América-latina.
- e) ação empresarial do Estado.

Muitas destas propostas eram sumamente inovadoras e até revolucionárias. Não nos esqueçamos de que, por esta época, a maioria dos economistas estava ainda presa a esquemas marginalistas e nem sequer considerava a obra de Keynes como uma contribuição definitiva à ciência econômica.

Tais estudos e propostas foram decisivos para o avanço teórico e formulação de políticas de desenvolvimento. Não se pode negar a originalidade e a validade da maior parte destes diagnósticos. Os desenvolvimentos posteriores no campo teórico deverão ter como ponto de partida ou levar em conta as análises desta linha de pensamento. Mesmo os críticos do modelo cepalino, como Francisco de Oliveira, reconhecem-no como o único interlocutor válido.

Eis uma observação deste autor:

" O esforço reinterpretaivo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimentos bebido diretamente ou inspirado no

"modelo CEPAL", mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana" (30).

As críticas às soluções encaminhadas pela CEPAL só se tornaram possíveis a posteriori, isto é, depois que vários países latino-americanos se industrializaram (processo de substituição de importações) e o projeto idealizado pelos teóricos da CEPAL não se concretizou. A industrialização não eliminou certos traços persistentes de subdesenvolvimento, como a CEPAL originalmente imaginava.

A principal falha do modelo cepalino parece estar no fato de seus economistas suporem um Estado autônomo, isto é, não vinculado a interesses de classe e disposto a lutar pelo bem-comum. Mas isto significava (como significava ainda) aceitar uma perspectiva marxista que só os fatos posteriores estão confirmando. Sem esta perspectiva, dificilmente se explica o chamado "desenvolvimento excludente".

Novos fatos viriam exigir novas precisões teóricas e novo esforço interpretativo.

(30) Oliveira, Francisco de "A economia brasileira: crítica à razão dualista" Petrópolis, ed. Vozes Ltda. em coedição com CEBRAP, 1981, pg. 11.

TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Os teóricos da dependência não rejeitam a contribuição da CEPAL. Retomam-na, numa outra perspectiva.

Parece-me que a contribuição mais original destes autores está no fato de darem grande importância às relações de dominação em torno das quais se organizam as relações de produção e as relações sociais e políticas.⁽³¹⁾ Esta afirmação parece perigosa porque insinua o primado do político sobre o econômico, mas não é isto que quero dizer. Com o desenvolver da exposição, espero que a afirmação fique clara.

Como acontece em quase todos os assuntos muito complexos, não há unanimidade de pontos de vista entre os teóricos da dependência. André G. Frank, por exemplo, um dos representantes desta linha, foi criticado inicialmente por não dar suficiente importância ao problema das classes sociais. Outros preferem sublinhar o colonialismo tecnológico⁽³²⁾. Mas, de um modo geral, quase todos se preocupam com o problema da luta de classes e com as relações de poder. Ou

(31) Ver a respeito Figueiredo, Vilma "Desenvolvimento Dependente Brasileiro", Rio de Janeiro, Zahar editores 1978 pg. 37.

(32) Ver o artigo "Industrialización y Dependencia en la America Latina de Antonio Garcia in "Desarrollo industrial latinoamericano". Fondo de cultura economica . México, 1980 pgs. 279-303, selección de Max Nolf. Serie de lecturas de El Tri - mestre econômico.

seja, a dependência é a forma específica de articulação entre países centrais e países periféricos, articulação na qual conta muito o interesse das classes dominantes de ambos os países. Não são, pois, dois blocos que se articulam mas as classes residentes nestes dois blocos.

Os dependentistas verificaram que as soluções propostas pela CEPAL (supressão da dependência externa por meio da industrialização, exportações industriais, cooperação internacional, políticas econômicas desenvolvimentistas elaboradas e levadas a cabo por um Estado racional) não estavam dando os frutos desejados, quando nos fins da década de 1950, muitas delas já haviam sido adotadas. Procuram, então, estes teóricos (entre eles, Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Theotonio dos Santos, André G. Frank, R. Marini e muitos outros)⁽³³⁾ focalizar as razões pelas quais estava o correndo um tipo de desenvolvimento que, hoje, chamamos de excludente.

Trata-se, pois, de uma linha de pensamento que procura suprir certas deficiências da abordagem anterior sem

(33) Osvaldo Sunkel e Celso Furtado também são teóricos da dependência mas pertencem à linhagem que veio da CEPAL. Ver, por exemplo, de C. Furtado o capítulo 2 de "O mito do desenvolvimento econômico" já citado antes. A abordagem do autor é muito rica mas não acentua suficientemente o problema das relações do poder. Furtado faz rápida menção das "matrizes institucionais" sem se deter no assunto.

suprimi-la.

Fernando H. Cardoso mostra que a precisão teórica aumenta muito após o fracasso do nacional-populismo, quando a burguesia local se associa ao imperialismo, inviabilizando um desenvolvimento "nacional-burguês"⁽³⁴⁾. Talvez seja este um momento privilegiado para se apreender, com mais clareza, o sentido das articulações dos interesses das classes que disputam o excedente.

Em todo caso, é por esta ocasião que se acentua a "internacionalização do mercado interno" e se evidencia um novo tipo de dependência. No capítulo 6 de "Dependência e desenvolvimento na América Latina"⁽³⁵⁾, os autores mostram como se deu a abertura dos mercados internos ao capital estrangeiro e o novo caráter da dependência. Afirmam serem superficiais as semelhanças existentes entre esta nova forma de dependência e a dependência anterior. Eis suas próprias palavras:

"... a relação entre as economias periféricas industrializadas e o mercado mundial são bem distintas. Entre os supostos do funcionamento de tal tipo de economia pode-se citar as seguintes características:

(34) Cardoso, F.H. e Faletto, Enzo "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", Rio de Janeiro, Zahar Editores 1977, capítulo 6.

(35) Cardoso, F.H e Faletto, Enzo op. cit. cap.6.

- a) um elevado grau de diversificação da economia;
- b) saída de excedentes relativamente reduzida (para garantir os reinvestimentos, especialmente no setor de bens de capital);
- c) mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda do setor urbano-industrial;
- d) e, como consequência, um mercado interno capaz de absorver a produção.

Talvez poder-se-ia dizer que neste caso acontece o contrário do que ocorre numa economia de enclave, pois enquanto as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente, do exterior, o consumo é interno. Inclusive, nos casos mais típicos, manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno"⁽³⁶⁾.

Mas o importante na análise destes autores é que ela deixa transparecer a preocupação com os esquemas políticos que servem de sustentação a este novo estilo de desenvolvimento. Eles percebem, com justeza, que não é o colo

(36) Cardoso, F.H. e Faletto, Enzo, op.cit. pg. 127.

nialismo tecnológico em si nem a dependência financeira ... que explicam o desenvolvimento excludente⁽³⁷⁾. É a "matriz institucional" na qual se dá este colonialismo e esta dependência. Ou seja, a aceitação do dualismo técnico é uma opção política. Em outras palavras: se há dependência tecnológico-financeira, esta dependência não se dá por uma fatalidade. Ela ocorre porque é a melhor maneira de os interesses das classes dominantes dos países periféricos se articularem com os interesses das classes dominantes dos países centrais. Esta articulação exclui as classes dominadas do país dependente.

Os autores antes mencionados insistem na natureza política dos processos de transformação econômica, fato que aparece claro nas palavras da conclusão do livro.

"O reconhecimento destas diferenças levou-nos à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, e à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de

(37) Por desenvolvimento excludente não quero significar apenas os efeitos desse desenvolvimento no plano social, mas antes, a descontinuidade no plano produtivo que determina ou condiciona a exclusão no plano social. Esta descontinuidade é gerada pela implantação do setor produtivo tradicional e do setor produtivo moderno.

dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional"⁽³⁸⁾

Na realidade é importante desvendar as relações entre Estado, Classe e Produção e mostrar como estas ligações podem revelar o modo como se dá a apropriação do excedente. A apropriação do excedente, já o dissemos, é a chave para se compreender o desenvolvimento econômico e, até mesmo, o desenvolvimento social, cultural e político.

Se existe dependência, esta dependência só é possível onde há condições concretas para isto, isto é, onde a rede de interesses dos grupos e das classes do país dependente vincula-se com a rede de interesses das classes dominantes dos países centrais. A dependência pode assumir a forma de dependência tecnológica, financeira, cultural, política mas ela só se viabiliza (só se torna possível na atual conjuntura) graças à coincidência de interesses das classes dominantes ou de frações da classe dominante dos países cêntricos e periféricos. É por intermédio da ação dos grupos, classes, organizações e movimentos sociais dos países dependentes que estes vínculos se perpetuam, se transformam ou se rompem. Nesta relação de dependência temos o melhor "Laboratório" para o estudo e a compreensão da luta de classes, dos mecanismos de transferência de renda, da apropriação do excedente e da prevalência dos interesses de classe sobre os interesses da nação.

(38) Cardoso, F.H. e Faletto, Enzo op.cit. , conclusão

Ao estudarmos os problemas ligados ao Estado deverá ficar claro que, o esforço de definição das "priorida-des nacionais" no mundo capitalista é quase sempre um esforço de redefinição das prioridades das classes dominantes (que não devem ser confundidas com a elite dirigente).

Dito de outro modo: os interesses de classe predominam sobre os interesses da nação. O imperialismo é uma forma de articulação entre classes dominantes do centro e da periferia. A análise das situações críticas de El Salvador, Honduras e Nicarágua são a evidência atual do que acabo de dizer.

Theotonio dos Santos⁽³⁹⁾, por exemplo, explicita o que muitos analistas já haviam percebido, a saber: o desenvolvimento não pode, por si só, resolver as contradições de classe, como davam a entender os técnicos da CEPAL⁽⁴⁰⁾. As classes sociais interessadas no desenvolvimento são diferentes e procuram meios diferentes de se desenvolverem. Este esforço só não é totalmente divergente porque, como nota C. Furtado, as classes dominadas não estão em condição de gerar visões independentes do mundo. Elas sofrem a colonização ideológica.⁽⁴¹⁾

(39) Santos, Theotonio dos "Imperialismo y Dependencia", México, ediciones ERA S/A, 1978, pgs. 39-49.

(40) Os teóricos do desenvolvimento faseológico nem sequer consideram o assunto, por se apoiarem na teoria econômica convencional onde a remuneração dos fatores de produção é explicada pela produtividade marginal e o problema das classes passa despercebido.

(41) Furtado, Celso, op.cit. pg. 84.

Na realidade, é a correlação de forças entre as várias classes sociais (na sua dimensão interna e na sua articulação com o exterior) que determina, a curto prazo, o desenvolvimento excludente.

Alguns críticos desta abordagem argumentam que não se trata de dependência mas de interdependência. Existe dependência ou interdependência ?⁽⁴²⁾

Só existiria interdependência se os parceiros do jogo econômico fossem igualmente beneficiados . Caso contrário, estamos no caso de dependência.

Ora, os países do mundo periférico, no seu relacionamento com os países centrais, estão hoje, na seguinte situação:

(42) Ver a este respeito as observações mais teóricas e globalistas de Theotonio dos Santos na obra já citada (Imperialismo y dependencia) sob o título: "Existe una situación de dependencia"? pgs. 360-365.

Ver também de Luciano Martins "Nação e Corporação Multinacional", Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1975. pgs. 135-155.

As observações de Luciano Martins partem mais de pesquisas empíricas.

- a) dependem de uma tecnologia sofisticada, criada nos países centrais e não totalmente adequada às necessidades do subdesenvolvimento. Esta tecnologia é transferida para a periferia do sistema capitalista (via empresas multinacionais) como tecnologia cativa, graças à convergência de interesses das classes dominantes dos dois países. Com isto dificulta-se o desenvolvimento do setor de pesquisa e desenvolvimento no país periférico e isto contribui para a manutenção da dependência.
- b) a assimilação desta tecnologia introduz uma profunda descontinuidade no sistema econômico subdesenvolvido. De um lado temos o setor tradicional produzindo para a maioria da população. De outro, o setor moderno que produz para um minúsculo segmento do mercado. A "modernização", isto é, a inovação no consumo e não na criação interna de técnicas produtivas é uma das consequências da situação antes mencionada.
- c) a célula-mater deste novo tipo de imperialismo são as empresas transnacionais. Elas trazem consigo, junto com o colonialismo tecnológico, o colonialismo cultural que se manifesta principalmente na necessidade de se alterar os padrões de consumo. A necessidade de alteração contínua dos padrões de consumo es

tá visceralmente ligada à sobrevivência do capitalismo. Sem isto seria muito difícil compatibilizar oferta e procura (adequar a escala de produção às necessidades do mercado) e a oscilação cíclica seria insuportável.

André G. Frank apresenta um argumento decisivo no sentido de confirmar a dependência: os países dependentes experimentam um crescimento maior quando os vínculos com a metrópole diminuem. (43).

Esta afirmação parece confirmada pela industrialização substitutiva de importações ocorrida em alguns países da América Latina.

Mas não é só isto. Não se deve considerar os países dependentes como meros reflexos dos países centrais. A dependência não é uma imposição unilateral dos países centrais sobre os países periféricos. A imposição existe, o imperialismo é real mas não ocorreria se não houvesse condições propícias a seu desenvolvimento.

Ao afirmar que não haveria imperialismo se não houvesse condições internas para isto, André G. Frank cita u

(43) Citação de Figueiredo, Vilma in "Desenvolvimento dependente brasileiro", Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978, pg. 33.

ma passagem sugestiva de Mao Tse Tung:

"... a uma temperatura adequada, um ovo transforma-se em uma galinha, mas nenhuma temperatura pode transformar uma pedra em ovo"(44).

Não se pode, pois, falar em imperialismo moderno, sem se levar em conta os interesses de classe, no interior do país dominado. Por outro lado, estes interesses se explicitam no sistema de poder, que é também um sistema de dominação. A análise deste sistema é condição sine qua non para se compreender o chamado desenvolvimento excludente.

(44) Frankl, André G. "Acumulação Dependente e subdesenvolvimento", São Paulo, ed. Brasiliense, 1980.
pgs. 22 e seguintes.

A propósito do conceito de dependência e da realidade complexa que ele procura traduzir existe uma polêmica célebre entre F.Weffort e F.H.Cardoso. O estudo desta polêmica (principalmente a resposta de Cardoso às objeções de Weffort) é muito útil para uma melhor compreensão do conceito⁽⁴⁵⁾.

ESTADO, CLASSES SOCIAIS E APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE

Carl Friederich ao analisar a contribuição do pensamento de Marx e algumas consequências deste pensamento para a civilização, tem uma observação importante. Diz ele que o que fez Marx pensar que sua análise não era utópica, mas prática e realista, foi a crença de que tinha descoberto a realidade do poder e o Estado no qual este poder se organiza⁽⁴⁶⁾.

Ao falar do Estado, Bresser Pereira diz o seguinte:

"Através da história, sua função básica será sempre a de garantir a apropriação do excedente econômico para as classes dominantes e em seguida estabelecer as regras básicas para a divisão deste excedente no seio da classe do-

(45) Ver a respeito, sob o título "Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência". Cap. 6 do livro de Cardoso, F.H. "O modelo político brasileiro" Rio de Janeiro .S. Paulo. DIFEL 1979.

(46) Friederich, Carl "Uma introdução à teoria política", R.de Janeiro, Zahar editores, 1970, capítulo 4.

minante"(47).

Estas afirmações são importantes para a compreensão do papel do Estado. A primeira sugere que podemos chegar à compreensão deste papel analisando o poder e como este poder se distribui numa sociedade de classes. A segunda sugere que uma pesquisa histórica revelará que a função básica do Estado tem sido sempre a de garantir a apropriação do excedente econômico e o modo desigual de reparti-lo. Minha exposição aproveitará estas duas sugestões.

Já se tornou lugar comum a citação das palavras de Marx, para quem o Estado não é outra coisa senão "o comitê executivo da classe dominante". A simplificação aqui é evidente e a afirmação tem o sabor das frases retóricas, Marx e Engels reconheceram isto, mais tarde.

A realidade do Estado é mais complexa e, à primeira vista, a relação entre Estado, classes sociais e economia parece obscura. Mas, se levarmos em conta a análise marxista do capitalismo, ou mais precisamente do modo de produção capitalista, o pensamento de Marx fica claro.

É característica do capitalismo (entre outras coisas):

(47) Bresser Pereira, Luis Carlos, "Estado e subdesenvolvimento industrializado", S.Paulo, editora brasiliense, 1981, pg. 37.

separação entre trabalho e capital
força de trabalho como mercadoria
venda da força de trabalho no mercado.

sujeição da força de trabalho às
leis de oferta e procura.

Marx procurou mostrar que, nas formações sociais predominantemente capitalistas de seu tempo, as classes fundamentais eram duas: a burguesia que possui os meios de produção e o proletariado que, privado destes meios, possui apenas a força de trabalho que procura vender no mercado. Mostrou também que a mercadoria "força de trabalho" tem um preço determinado pelo custo de sua reprodução. Isto significa que do trabalho que o proletariado oferece aos proprietários dos meios de produção, ele só recebe como paga o correspondente à sua reprodução. O resto é sobretrabalho (mais valia absoluta ou relativa) que permite o processo de acumulação de capital).

Este é o esquema, em linhas muito gerais.

Não estou falando ainda do capitalismo monopolista, da tecnoburocracia nem da complexa realidade de hoje. Também não estou confundindo classes sociais com estratificação social (onde se pode ter tantos grupos sociais quanto se queira, dependendo dos critérios adotados para dividi-los). Em uma palavra: estou considerando por enquanto, o modo de produção capitalista e não as formações sociais con-

cretas onde há sempre mais de um modo de produção.

Quando passamos para as situações concretas, isto é, para as formações sociais predominantemente capitalistas, percebemos que a situação não é estática e que é altamente desfavorável aos trabalhadores. Quem a preserva? Como é possível sua reprodução no tempo? Por que a formação capitalista deixada a si mesma, continua capitalista, isto é, por que se reproduzem as relações de produção?

A resposta a estas indagações é uma só: a reprodução destas relações de produção é possível graças ao Estado. Mas o Estado como um conjunto estruturado de forças e instrumentos de intervenção (polícia, forças armadas, ideologias) que permite enfrentar desequilíbrios múltiplos garantindo as relações assimétricas entre os grupos sociais.

Tomamos aqui a palavra Estado na acepção de Nicos Poulantzas, isto é, como a condensação material de uma relação. Ao agir, ele não tem autonomia absoluta mas refletirá as contradições entre as frações de classe que o detém. O Estado não é um mero instrumento nas mãos da classe dominante.

Sua relação com a sociedade civil é complexa, como nota Bresser Pereira.⁽⁴⁸⁾

(48) Bresser Pereira, Luiz Carlos op.cit. pgs. 39-41

Aqui cabe a observação de Helio Jaguaribe:

"O estado é efetivamente, como pensava Hegel, a agência mediadora dos conflitos da sociedade civil. Apenas, exerce tal mediação por via coercitiva e manipulativa, a serviço dos detentores da propriedade"(49).

Nesta afirmação aparecem as duas dimensões pelas quais o Estado consegue que o sistema se reproduz idêntico a si mesmo: a dimensão coercitiva e a ideológica.

A partir do que foi dito, fica clara a afirmação de Marx. O Estado realmente preserva os interesses da classe dominante. Para isto basta que ele preserve a relação assimétrica existente na sociedade.

É evidente que num plano mais concreto de análise, isto deve ser visto com muito cuidado. Às vezes, este Estado parece gozar de autonomia com relação às classes. Em momentos muito especiais, como no caso do bonapartismo ou do bismarckismo (50) ele passa a exercer efetivamente uma arbitragem entre as classes, mas estes são casos esporádicos. No atacado, ele representa a classe dominante pelos simples fato de preservar um sistema no qual esta classe domina.

(49) Jaguaribe, Helio "Introdução ao desenvolvimento social" R. de Janeiro, editora Paz e Terra, 1978, pg. 21

(50) Jaguaribe, Helio "Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político", R. de Janeiro, ef. Fundo de Cultura, 1962, pg. 21-26.

Outra coisa que se deve ter em mente, são os conceitos de povo, sociedade civil e elite dirigente.

a) povo é toda população politicamente participante de uma nação.

b) sociedade civil são as classes e grupos sociais que dispõem de efetivo poder político⁽⁵¹⁾.

c) a elite dirigente é a expressão política da classe dominante. A burguesia comercial, industrial, financeira pode manter-se apática no tocante à ação política concreta. Aliás, uma análise empírica feita por F.H.Cardoso no Brasil e Argentina mostrou que a burguesia progressista destes dois países não tinha qualquer projeto político definido. Mas isto, segundo o autor, é mais uma confirmação da situação de dependência em que vivem.

E o mesmo autor acrescenta:

"Ora toda a literatura especializada ressalta que o empresariado moderno, nos países altamente industrializados, torna-se, ao contrário, cada vez mais atuante politicamente e mostra que o controle do

(51) Bresser Pereira, L.C. op.cit. pg. 42.

Estado se transforma no instrumento decisivo da política empresarial⁽⁵²⁾.

Em ambos os casos (no caso dos países altamente industrializados como os países dependentes) a elite dirigente expressa, em conjunto, os interesses das classes dominantes.

É evidente que neste grupo participam também frações de classes dominadas, formando o que Gramsci chama de "bloco histórico" (53) e que eu chamo aqui de elite dirigente.

Mas ao garantir a reprodução de relações de produção, o "bloco histórico" que, num dado momento, detém o poder estatal, continua servindo à classe dominante.

Poderíamos adotar uma outra linha de raciocínio para provar que o Estado capitalista expressa os interesses da classe ou das classes dominantes. Bastaria partir para uma pesquisa empírica e mostrar como ele garante a apropriação do excedente por estas classes.

Esta pesquisa foi realizada, em alguns países, e de modo muito interessante e original por James O'Connor⁽⁵⁴⁾.

(52) Cardoso, F.H. "Política e desenvolvimento em sociedades dependentes", Rio de Janeiro, Zahar editores 1978 pg. 203.

(53) Bresser, Pereira, op. cit. pg.41

(54) O'Connor, James "USA A Crise do Estado Capitalista", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Este autor procura estudar o caso dos Estados Unidos. Procura ler e interpretar o orçamento estatal como indicador do caráter classista do Estado. Suas conclusões confirmam empiricamente o que estamos dizendo até o momento: o Estado é um agente econômico e político da classe dominante. Como agente econômico age no sentido da acumulação do capital. Como agente político age no sentido de legitimar sua ação econômica.

Uma tentativa semelhante foi feita no Brasil por Carlos Afonso e Herbert de Souza ⁽⁵⁵⁾. Estes dois autores procuram aplicar ao Brasil o modelo de análise de O'Connor. Como as situações são muito diferentes e as estatísticas brasileiras são sabidamente falhas, tiveram que suprir estas falhas com certos procedimentos arbitrários. Mas os resultados confirmam a hipótese de que o Estado representa os interesses da classe dominante ao agir primordialmente no sentido de favorecer a acumulação de capital. Em geral o Estado confunde interesse público com defesa do sistema de empresas.

Em resumo:

Nossa afirmação inicial foi a de que o Estado é a expressão dos interesses da classe dominante. Marx e

(55) Afonso, C. e Souza, Herbert "O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Engels diziam ser ele a expressão oficial das contradições de classe existentes no interior da sociedade burguesa.

Tentamos provar isto de dois modos:

- 1) mostrando que pelo simples fato de o Estado estar preservando relações assimétricas na sociedade ou permitindo a reprodução das relações de produção (que são assimétricas) ele expressa o interesse de quem é dominante, nestas rela - ções.

O essencial, aqui, do ponto de vista econômico, é a apropriação do excedente.

- 2) aludindo às pesquisas empíricas de O'Connor e de C.Afonso e Herbert de Souza que mostram a tendência do Estado Capitalista atual em socializar os custos e privatizar os lucros.

Evolução histórica do Estado - acumulação e desenvolvimento excludente.

Não tem sentido repetir aqui o que está magnificamente exposto nas páginas 43 a 158 de "Estado e subdesenvolvimento industrializado". Só pretendo chamar a atenção para a correlação existente entre a forma como se organiza o poder no Estado e as necessidades da acumulação.

O Estado assume formas diferentes em função das necessidades da acumulação.

"No modo asiático de produção o excedente era apropriado diretamente através dos tributos; no modo antigo, através da escravidão; no feudal, através da corvêia a que eram submetidos os servos, no capitalismo mercantil, através das diversas formas de acumulação primitiva. Entretanto, uma vez acumulado o capital inicial nas mãos da burguesia, esta pode se dar ao luxo de não utilizar diretamente a força para apropriar-se do excedente. Ao invés disso, utiliza-se do mecanismo da mais valia, que Marx tão genialmente descobriu, para apropriar-se do excedente segundo as leis do mercado"⁽⁵⁶⁾.

(56) Bresser Pereira, L.C. op.cit. pg.48

A passagem acima é o resumo de como se deu a apropriação do excedente ao longo da história, desde as primeiras civilizações até nossos dias. Se nos dermos ao trabalho de correlacionar o tipo de apropriação e os diversos modos em que se estrutura a força para consegui-lo, notaremos que o Estado só se mantém fraco ou inexistente em dois momentos. No feudalismo, onde se vive numa economia de quase subsistência e as necessidades de acumulação são mínimas, e no capitalismo industrial concorrencial, onde esta apropriação não é feita pelo uso direto da força mas pelo mecanismo da mais-valia.

Isto vem confirmar, mais uma vez, que o Estado expressa os interesses das classes dominantes porque o serviço da acumulação do capital.

No tocante ao desenvolvimento, o problema não se modifica muito. Desenvolvimento econômico não é outra coisa senão um determinado estilo de acumulação de capital, com profundos reflexos no campo social, político e cultural.

No mundo capitalista, os primeiros países a se desenvolverem fizeram-no dentro de um contexto de não-intervenção estatal. Já os países de desenvolvimento retardado, Japão e Alemanha por exemplo, atribuíram ao Estado um papel importante. Nestes países o desenvolvimento torna-se um projeto antes de ser um processo. Mas nos países centrais (de desenvolvimento original ou retardado) o mercado se ampliou sem deixar restos, isto é, sem deixar segmentos sociais fo-

ra deste mercado. A compatibilização entre escala de produção e mercado se fez desta maneira . Equilibrou-se, assim , a oferta e a procura

O mesmo não irá ocorrer na periferia do sistema capitalista. Nos chamados países periféricos ou dependentes o setor dinâmico da economia está voltado para a produção de bens de luxo destinados principalmente, ao consumo dos capitalistas e da tecnoburocracia. A grande massa da população fica excluída dos benefícios do crescimento econômico , embora contribua para ele como força de trabalho.

Por que ocorre isto ?

Pela conjunção de dois fatores:

- a) implantação dos grandes oligopólios na periferia.
- b) primado do interesse de classe sobre o interesse da nação.

Os grandes oligopólios, embora gozando das vantagens da economia de escalas, produzem bens de consumo de valor unitário relativamente elevado. Mais ainda: devem recorrer a uma série de estratégias que estão sempre encarecendo o produto (novas embalagens, novos modelos, obsoletismo planejado, etc. etc....) . Ao transferirem a concorrência do domínio dos preços para o domínio da diferenciação do produ-

to (inovação tecnológica), eles fazem o movimento inverso ao movimento do capitalismo concorrencial. Este ganha mais ao baixar o preço. O monopólio e o oligopólio ganham mais ao inovarem. O que vale dizer; ganham mais ao elevarem o preço. Toda a estratégia de marketing das grandes empresas baseia-se nisso.

A principal preocupação dos oligopólios não é ampliar quantitativamente o mercado mas ampliá-lo qualitativamente. Explorar o mercado existente em profundidade. Conquistar e manter mercados na feliz expressão de Theodore Levitt. Mas principalmente manter mercado. Ora, isto impõe o desenvolvimento excludente.

Para um tipo de economia que se organiza nestes moldes é melhor que haja uma minoria com alto poder aquisitivo do que uma maioria com poder aquisitivo médio. Um grande segmento da população com poder aquisitivo médio, significa a destruição de toda a estratégia de marketing hoje existente. Mais: significa um setor produtivo muito diverso do atual.

A burguesia e a tecnoburocracia que aceitam e incentivam esta estratégia estão dizendo, por atos e fatos, que os interesses de classe predominam sobre os interesses da nação. Isto está tão evidente como uma janela aberta.

O raciocínio exposto até o momento pretendeu mostrar que o desenvolvimento capitalista levado a cabo nos

países subdesenvolvidos, nos moldes atuais, é excludente.

Não se trata de fatalidade. Não há nenhum determinismo nisto. O desenvolvimento poderia ter sido diferente e apresentar uma face mais humana. Mas dizer isto é o mesmo que recolocar o problema da ação política, do poder e do Estado.

Resumo:

O capitalismo monopolista transfere a concorrência do domínio dos preços para o domínio da diferenciação dos produtos (inovação tecnológica). Esta mudança de estratégia acarreta um movimento oposto ao do capitalismo concorrencial. Neste, os lucros aumentam quando se amplia quantitativamente o mercado. No capitalismo monopolista os lucros aumentam quando se inova. Daí a necessidade de um segmento de mercado de alto poder aquisitivo que possa ser explorado em profundidade. A concentração da renda permite o aparecimento deste segmento (capitalistas e tecnoburocratas).

Os demais segmentos da população só participam secundariamente dos benefícios deste tipo de desenvolvimento.

UM ESCLARECIMENTO - (Conceito de classe social)

Marx deixou para estudar sistematicamente as classes sociais no volume III de O Capital. Seria o capítulo 52, não escrito, desta obra.⁽⁵⁷⁾

Este fato não é fortuito. Para se ter uma idéia correta do proletariado e burguesia (as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista) é preciso ter uma idéia correta de como se dá a produção e circulação do capital, ou seja, da substância dos 3 volumes da obra acima mencionada.

Ao longo de seus escritos, ele fala de classes sociais, às vezes mencionado três, às vezes duas classes .

Alguns sociólogos tomaram as diferentes expressões de Marx sobre classes sociais como imprecisão de termos ou falta de clareza de conceitos. Na realidade, as contradições são apenas aparentes. Ligam-se elas aos diferentes planos de abstração em que ele analisa a realidade social. Marta Harnecker⁽⁵⁸⁾ e Theotonio dos Santos ⁽⁵⁹⁾ mostram isto muito bem.

(57) Ver a respeito Dahrendorf, Ralf "Classes et conflits de classes dans la société industrielle", Paris - La Haye Monton éditeur, 1972.

(58) Harnecker, Marta "Los conceptos elementales del materialismo histórico", B.Aires, siglo veintino argentina editores s.a., 1973.

(59) Santos, Theotonio dos "Conceito de classes sociais", Petrópolis, ed.Vozes , 1982.

Quando Marx fala de duas classes sociais (burguesia e proletariado) ele está se referindo ao "modo de produção capitalista e às classes que o constituem . Ao falar de três classes sociais ou de determinados grupos sociais dentro da sociedade ele se refere a uma formação social concreta e não a um modo de produção.

É evidente que nas formações sociais (por exemplo, nas sociedades inglesa e francesa analisadas por ele) existem classes pertencentes a mais de um modo de produção. Há classes de transição, classes que aparecem e classes em vias de desaparecimento.

As classes de Marx fundam-se ou se definem entre os indivíduos e os meios de produção fundamentais. É o lugar que as pessoas ocupam no processo produtivo (e não seu nível de rendimento) que determina o lugar que ocupam na sociedade).

Este modo de ver as classes é explicativo, não descritivo.

Dividir a sociedade em classes tomando como critério níveis de rendimento é apenas descrever uma determinada estratificação social sem explicar porque esta estratificação apareceu.

Empiricamente (dependendo do critério adotado) poderíamos achar dezenas de "classes " sociais. Tal fato não

teria nenhum valor científico nem significaria maior precisão.

Para que o estudo de uma sociedade adquira o status de científico é preciso que defina as relações essenciais desta sociedade.

Mesmo autores que partem de pressupostos marxistas caem nesta confusão. Paul Singer, por exemplo, num estudo recente⁽⁶⁰⁾ não faz uma distinção nítida entre modo de produção e formação social (onde existe mais de um modo de produção). Embora tenha perfeita consciência de que o nível de renda não é critério diferenciador de classe⁽⁶¹⁾, tenta apresentar as classes no Brasil partindo de estudos do IBGE sobre distribuição de renda por ser esta distribuição um bom indicador do caráter das relações de produção em que se inserem os diversos grupos sociais.

Seu estudo é rico de dados empíricos mas resolve insatisfatoriamente um problema já abordado por Bresser Pereira. Como classificar a fração gerencial em rápido aumento no Brasil? Seria lícito classificá-la como "burguesia gerencial" ?

O autor opta decididamente por este caminho.

(60) Singer, Paulo "Dominação e desigualdade, estrutura de classes e repartição de renda no Brasil", R.de Janeiro, ed.Paz e Terra, 1981.

(61) Singer, Paul op.cit. pg. 101

" Desta maneira, não se pode limitar a burguesia aos que formalmente são em pregadores. Por isso, o critério que permite identificar a burguesia , no sentido amplo do termo, é o conjunto de empregadores e empregados que dis põem de elevado nível de renda, não porque renda alta defina a burguesia mas porque existe forte correlção en tre renda e posições de poder econômico e social". (62)

Mas poder econômico e social também não é critério para se definir classe. É uma consequência do lugar que as pessoas ocupam no processo produtivo. O que precisa ser elucidado são os modos de produção existentes numa determinada formação social.

Será que não caminhamos para um novo modo de produção ? Será lícito chamar de burguesia um grupo ou uma classe que não possui o capital, no sentido proposto por Marx ? (63)

(62) Singer, Paul op.cit. pgs. 101-102

(63) Bresser Pereira, L.C. "A sociedade estatal e a tecnoburocracia", São Paulo ed. brasiliense, 1981, pg. 250.

É verdade que Paul Singer diferencia entre posse jurídica e posse efetiva mas isto ainda não esclarece o assunto porque a "propriedade" gerencial é uma propriedade coletiva, de natureza diversa da propriedade capitalista⁽⁶⁴⁾.

Parece-me mais correto, começar a olhar o problema com outros olhos.

TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A quem se deve atribuir o papel mais importante no processo histórico, à luta de classes ou ao desenvolvimento tecnológico ?

Para Marx e os marxistas ortodoxos, a luta de classes é o motor da história. O desenvolvimento das forças produtivas e a tecnologia seriam consequências de lutas de classes.

Não pretendo resolver a questão aqui. Mesmo porque, dentro de uma linha de raciocínio dialético, é difícil fazer uma opção ou dividir um processo que, na realidade, é uno. O desenvolvimento das forças produtivas e a tecnologia fazem parte daquela relação homem-cultura-homem a que aludi no início desta dissertação.

(64) Para esclarecimento do assunto ler a obra acima citada, principalmente pgs. 123-236.

Mas fica um problema: se admitirmos a luta de classes como motor da história o que ocorrerá numa sociedade sem classes ? Terminará a história ? Será impossível a sociedade sem classes ?

Aqui já estaríamos no campo dos futuríveis e das hipóteses sem sentido. Prefiro ficar no terreno firme dos fatos. Neste terreno, o importante é saber o papel da tecnologia na história e, num campo mais concreto, o papel da tecnologia na estratégia das multinacionais que se implantam nos países periféricos.

Uma das sugestões mais ricas sobre o assunto é a do fator estratégico de produção proposta por Galbraith (65)

Aceita a hipótese de que, no mundo atual, o fator estratégico de produção é a tecnologia, poderíamos dizer que a classe que a detém assume posição dominante na sociedade como já ocorrera, no decurso da história, com as classes que detiveram os fatores estratégicos trabalho, terra e capital.

Ora, a tecnologia não existe no ar. Devido à grande soma de recursos que exige (em talentos e dinheiro), só grandes empresas podem manter departamentos de pesquisa e desenvolvimento voltados para a criação de tecnologia.

(65) Para um estudo do assunto ver Bresser Pereira, "A sociedade estatal e a tecnoburocracia", capítulos 1 e 2.

É verdade que a importância da tecnologia tornou-se enorme. Seu peso no crescimento econômico parece fora de dúvida, como atesta este texto de Hansen referente aos Estados Unidos.

"Tenho chamado a atenção, frequentemente, para o fato verdadeiramente notável de que dos 60 milhões de dólares de formação bruta do capital, em edifícios e máquinas, que ocorreu entre 1931 e 1940, 90% foi investimento de reposição. Apesar de o investimento líquido ter sido relativamente pequeno, a capacidade produtiva da indústria americana, era enormemente maior no final daquele decênio, do que em 1930. Tinham sido introduzidas máquinas melhores e mais produtivas em lugar das que se substituíam e se eliminavam"⁽⁶⁶⁾

Mas se a tecnologia é importantíssima para o desenvolvimento, ela não é neutra. Sua pretendida neutralidade ou seu caráter apolítico não se confirmam à luz de uma análise séria⁽⁶⁷⁾.

(66) Citação de Labini, Sylós "Oligopolio y progreso técnico" Barcelona, ediciones oikos-tan 1966 pg. 174.

Ver também a respeito Bresser Pereira, op.cit. pg.40-

(67) Rattner, Henrique "Tecnologia e sociedade". São Paulo, ed. brasiliense, 1980, pgs.49-69

Esta tecnologia, gerada nos países altamente industrializados, chega até nós pelas multinacionais. Estas , ao penetrarem nos países periféricos, criam as condições para uma acentuada diferenciação na distribuição de renda. Este fato já foi analisado rapidamente quando falamos do dualismo tecnológico, da estratégia dos grandes olipólios e do mercado para os bens de consumo produzidos pelo setor dinâmico da economia (indústrias automobilística, eletro-eletrônica, farmacêutica, etc...).

Na realidade, a transnacionalização das empresas é a estratégia montada pelo capitalismo monopolista para superar problemas análogos aos encontrados pelo capitalismo mercantil, nos fins da idade média.

Há um paralelismo muito grande entre o que ocorreu, então, e o que está ocorrendo hoje.

Os Estados nacionais surgiram, quando, por imperativo do comércio, romperam-se os feudos ou integraram-se estes em unidades maiores: as nações . Os obstáculos impostos ao comércio pelo feudalismo eram enormes. Vários tipos de tributos dificultavam a circulação das mercadorias. O transporte era caro e, devido aos impostos, tornava-se o principal componente dos custos. Mas estes obstáculos cederam ao ímpeto inovador da atividade comercial que contaminava a Europa. Costumes, normas e leis se modificaram sob a pressão das necessidades comerciais. O próprio direito vai

se alterando, como atesta magnificamente a obra de .Michaël Tigar e Madeleine Levy⁽⁶⁸⁾.

Fato análogo ocorre, hoje, com relação às fronteiras nacionais. Para superar os obstáculos nacionais à expansão do capital (legislação protecionista, nacionalismos, projetos de desenvolvimento autônomo) o capitalismo monopolista procura internacionalizar o mercado via multinacionais. O imperialismo assume nova forma e não é impossível o surgimento de um direito internacional muito diverso do atual.

Se, como no feudalismo, as nações se diluam em unidades maiores (como parece ser a tendência da Europa), ficará ainda um fato irreduzível dentro de uma sociedade de classes: as classes, seus antagonismos e suas alianças.

É precisamente a convergência dos interesses da burguesia e da tecnoburocracia locais com os interesses da burguesia e da tecnoburocracia alienígenas que explica o desenvolvimento excludente.

Este problema jamais poderá ser resolvido apenas no âmbito econômico.

(68) Tigar, Michael, Levy, M. "O direito e a ascensão do capitalismo", Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Afonso, C. e Souza Herbert - O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil, R. de Janeiro, editora Paz e Terra, 1977.
2. Amir, Samir - O desenvolvimento desigual R. de Janeiro, Forense - Universitária 1976.
- L'accumulation à l'échelle mondiale critique de la théorie du sous-développement Paris, éditions anthropos, 1971.
3. Bacha, Edmar - Os mitos de uma década . R. de Janeiro , editora Paz e Terra 1976.
4. Barau, P. e Sweezy, P. - Capitalismo Monopolista R. de Janeiro Zahar editores 1976.
5. Bresser Pereira, L.C. Estado e subdesenvolvimento industrializado, S.Paulo, editora brasiliense, 1981.

A sociedade estatal e a tecnoburocracia. S.Paulo, editora brasiliense, 1981.

O colapso de uma aliança de classes, S.Paulo, editora brasiliense, 1978.

Desenvolvimento e Crise no Brasil, S.Paulo editora brasiliense, 1975.

6. Bunge, Mario — La investigación científica su estrategia y su filosofía, ediciones Ariel 1969.

7. Cardoso, F.H. e Faletto, Enzo — Dependência e desenvolvimento na América Latina, R. de Janeiro, Zahar editores, 1977.

8. Cardoso, F.H. — Política e desenvolvimento em sociedades dependentes, Rio de Janeiro, Zahar editores 1978 (2ª edição).

O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro. S.Paulo DIFEL 1979.

As idéias e seu lugar ensaio sobre as teorias do desenvolvimento, Petrópolis, editora Vozes, 1980.

9. Chaui, Marilena — O que é ideologia, S.Paulo, editora brasiliense, 1980.

10. Cohen, Benjamin Y. — A questão do imperialismo. R. de Janeiro, Zahar editores, 1976.

11. Dilthey, Wilhem — Introduction a l'étude des sciences humaines, Paris, PUF, 1942.

12. Doellinger, C e Cavalcanti, L. Empresas multinacionais na indústria brasileira ipea (2º edição), 1979.
13. Evans, Peter - A Tríplice Aliança Rio de Janeiro, Zahar editores , 1980.
14. Fajnzylber, F. - Industrialización e internacionalización en la america latina, México, Fondo de cultura econômica, 1980.
15. Figueiredo, Vilma - Desenvolvimento dependente brasileiro, Rio de Janeiro, Zahar editores , 1978.
16. Fioravante, E. et al Conceito de modo de produção R. de Janeiro, editora Paz e Terra, 1978.
17. Frank, André G. Acumulação dependente e subdesenvolvimento , S.Paulo editora brasiliense , 1980.
18. Francisco, Weffort - O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1978.
19. Friederich, Carl Y . Uma introdução à teoria política, Rio de Janeiro, Zahar editores , 1970.

20. Furtado, Celso · Pequena introdução ao desenvolvimento-
enfoque interdisciplinar , São Paulo ,
Cia editora Nacional. 1980.

O Brasil Pós-"Milagre", Rio de Janei -
ro, editora Paz e Terra. 1981.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento ,
Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963

A hegemonia dos Estados Unidos e o sub
desenvolvimento da América Latina . Rio
de Janeiro, editora civilização brasi-
leira, 1973.

Teoria e política do desenvolvimento e
conômico, S.Paulo, Cia editora Nacio -
nal, 1975.

O mito do desenvolvimento econômico ,
Rio de Janeiro, editora Paz e Terra ,
1974.

21. Galbraith, John K. - O Novo Estado Industrial . S.Paulo
livraria Pioneira editora, 1977.

22. Habermas, Yürgen - La technique et la science comme
"idéologie", Paris , Gallimard, 1973

23. Hagen, Everett · Economia do desenvolvimento S.Paulo,
editora Atlas. 1971 .

24. Hindess Barry e Hirst, P. - Modos de produção pré-capitalistas, Rio de Janeiro, Zahar editores 1976.
25. Hirschman, Albert O. - Estratégia do desenvolvimento econômico R. de Janeiro. Fundo de Cultura, 1960.

Projetos de desenvolvimento, R.de Janeiro, Zahar editores 1969,
26. Hodgett, Gerald A. - História social e econômica da idade média, Rio de Janeiro. Zahar editores, 1975.
27. Hoselitz, Bert F.- Aspectos sociológicos do crescimento econômico, Brasil-Portugal, Fundo de Cultura, 1964.
28. Jaguaribe, Helio - Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura. 1962.

Introdução ao desenvolvimento social Rio de Janeiro editora Paz e Terra, 1978.
29. Kaplan, Marcos - Formação do Estado Nacional na América Latina, Rio de Janeiro, El Dorado, 1974.

30. Kay Geoffrey - Desenvolvimento e subdesenvolvimento, uma análise marxista, Rio de Janeiro, editora civilização brasileira, 1975.
31. Labini, Paolo S. - Oligopolio y progresso técnico, Barcelona, ediciones oikos-tan, 1966.
32. Lessa, Carlos - 15 anos de política econômica, S. Paulo, editora brasiliense, 1981.
33. Lowe, Adolph - A ciência da economia política, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1969.
34. Martins , Carlos Estevam - Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil, R. de Janeiro, ed. Graal, 1977.

Estado e Capitalismo no Brasil S. Paulo, Hucitec - CEBRAP, 1977.
35. Martins , Luciano. - Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento, R. de Janeiro, editora Saga, 1968.

Nação e Corporação Multinacional, Rio de Janeiro editora Paz e Terra 1975.

36. Marx, Karl - Contribuição à crítica da economia política, Lisboa, Martins Fontes, 1977.

37. Matos, José M. - La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia, Argentina, Amarrortu editores, 1969.

38. Miliband, Raph - O estado na sociedade capitalista, R. de Janeiro, Zahar editores, 1972.

39. Nolff, Max - Desarrollo industrial latinoamericano . México, Fondo de cultura leconômica ,1974.

40. O'Connor, James - USA A Crise do Estado Capitalista , R. de Janeiro, editora Paz e Terra,1977.

41. Oliveira, Francisco de - Crítica à razão dualista, Petrópolis, editora Vozes, 1981.

42. Poulantzas, Nicos - L'état le pouvoir , le socialisme , Paris , PUF, 1978.,

O Estado em crise . Rio de Janeiro , edições Graal, 1977.

43. Prebisch, Raúl - Transformação e desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

44. Rattner, Henrique - Tecnologia e sociedade, S.Paulo ,
editora brasiliense, 1980.
45. Reale, Miguel - Filosofia do Direito, S.Paulo, ed. Sa -
raiva, 1969.
46. Ricoeur, Paul - Interpretação e ideologias , Rio de
Janeiro, livraria Francisco Alves edi-
tora S.A. , 1977.
47. Salama, Pierre - O processo de desenvolvimento, Petrópo-
lis, editora Vozes, 1976.
48. Sachs, Ignacy - Capitalismo de estado e subdesenvolvi-
mento. Petrópolis, editora Vozes, 1969.
49. Santos, Theotônio dos - Conceito de classes sociais
Petrópolis, editora Vozes, 1982.
Imperialismo y dependencia ,Mé-
xico, ediciones ERA , 1978.
50. Singer, Paul - Dominação e desigualdade, Rio de Janeiro,
editora Paz e Terra, 1981.
51. Sunkel, O. - O marco histórico do processo desenvolvi-
mento-subdesenvolvimento, Rio de Janeiro,
editora BETA, LTDA , 1977.

52. Sunkel, O. e Paz Pedro - Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano. SP-RJ. DIFEL/FORUM.
53. Sweezy, P. - Capitalismo Moderno. Rio de Janeiro, edições Graal, 1977.
54. Tigar, M e Levy, M. O direito e ascensão do capitalismo, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1977.